

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS VOLUNTÁRIAS SOB A ÓTICA DA TEORIA INSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE NAS EMPRESAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DO NORDESTE BRASILEIRO

RAISSA KAREN LEITINHO SALES

Universidade de Fortaleza
raikaren@hotmail.com

CORA FRANKLINA DO CARMO FURTADO

Universidade Estadual do Ceará
cora@mundolatino.com.br

DANIEL ANGELIM DE ALCÂNTARA

Universidade de Fortaleza
danielangelim@fametro.com.br

1. INTRODUÇÃO

A divulgação de informações sociais voluntárias são publicadas pelas empresas para oferecer aos públicos interessados transparência às suas práticas cotidianas. Essas informações mostram a importância da atuação corporativa no que se refere às questões ambientais e sociais do mundo globalizado. Neste sentido, a antecipação deste tipo de informação de forma voluntária demonstra que as empresas também consideram estratégico adiantar-se às imposições legais.

Segundo Bushman, Piotroski e Smith (2004), em estudos acerca da transparência corporativa, a disponibilidade de informações é considerada fator determinante da eficiência da alocação de recursos e decisões de crescimento em uma economia organizacional. Nesse sentido, compreende-se que as informações relacionadas à Responsabilidade Social Corporativa (RSC) unem-se às divulgações contábeis com o objetivo de gerar transparência aos stakeholders.

Pontes Jr. et al. (2011) ressaltam que a adoção dos conceitos e práticas relacionadas à RSC e os reflexos decorrentes destas são determinantes no processo de institucionalização das organizações. Diante do exposto, considerou-se a importância da análise dos indicadores de RSC e dos relatórios sociais ou de sustentabilidade para realização deste estudo.

Neste contexto, as teorias já existentes acerca das divulgações sociais e das organizações também são reconhecidas como essenciais para o desenvolvimento da pesquisa, assim como os manuais e modelos de relatórios sociais publicados por diversas organizações no objetivo de fortalecer e popularizar a divulgação de informações sociais entre as empresas.

Desta forma, alguns estudos recentes como o de Pontes Jr. et al. (2011), que tratou de uma análise comparativa da divulgação social de empresas francesas e brasileiras, o de Drouvot e Drouvot (2011), que dedicou-se à responsabilidade social e ambiental em empresas brasileiras produtoras de biodiesel, e o de Russo et al. (2011), que preocupou-se em identificar as evidências de elementos de institucionalização do Balanced Scorecard, utilizam a Teoria Institucional como base teórica.

A escolha do setor de energia elétrica para o desenvolvimento de pesquisas como esta pode ser justificada por diversos fatores apontados por Lins e Ouchi (2007), entre eles, a interferência e dependência do meio-ambiente, sobretudo na atividade de geração, e o impacto sobre o bem estar da sociedade, acontecendo nas comunidades afetadas por barragens e linhas de transmissão ou diretamente no acesso à energia distribuída à população. “Além disso, é um setor de grande relevância econômica para o País e muito representativo no mercado de capitais” (LINS; OUCHI, 2007, p. 1).

Quanto à opção de analisar as empresas de energia elétrica atuantes no Nordeste do Brasil, tem-se como motivo o problema da distribuição de renda no País, que atinge os estados que compõem esta região de forma a comprometer a distribuição de energia pelo grande número de habitantes com baixo poder aquisitivo (ANEEL, 2008) e, ao mesmo tempo, o potencial e o crescente interesse do mercado e das tecnologias pelas fontes de energia existentes nessa região específica.

O estudo subdivide-se em cinco momentos: 1) uma breve revisão de literatura apresenta questões acerca da divulgação de informações sociais voluntárias, da responsabilidade social corporativa, dos modelos e indicadores de responsabilidade social existentes e da Teoria Institucional; 2) o relato dos procedimentos metodológicos que guiaram a coleta e a análise dos dados necessários para a realização desta pesquisa documental e exploratória; 3) a análise de conteúdo das informações sociais contempladas nos relatórios publicados nos sites das empresas escolhidas como objeto de pesquisa; 4) a explanação das implicações do grau de aderência e do nível de divulgação das empresas analisadas e as discussões sobre os resultados; e 5) as considerações finais acerca do trabalho desenvolvido, respondendo ao problema de pesquisa.

2. PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVO

Este trabalho foi norteado pelo seguinte problema de pesquisa: quais as principais características das informações sociais voluntárias publicadas pelas empresas de distribuição de energia elétrica no Nordeste do Brasil à luz da teoria institucional? A pesquisa tem como objetivo identificar e analisar, conforme os indicadores sociais do Guia de Indicadores de Responsabilidade Corporativa em Relatórios Anuais divulgado pela ONU, as informações sociais voluntárias publicadas no ano de 2012, pelas oito empresas brasileiras de distribuição de energia elétrica na região Nordeste.

3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS VOLUNTÁRIAS E RSC

Elaboradas com a finalidade de revelar a adequada posição patrimonial e financeira da empresa em um dado momento, as demonstrações contábeis das companhias abertas brasileiras devem atender à legislação societária e as deliberações da Comissão de Valores Mobiliários.

A divulgação de informações contábeis merece especial atenção na discussão corporativa, pois constitui umas das formas mais importantes que os gestores dispõem para comunicar-se com os investidores e o mercado em geral. As demonstrações ajudam a encurtar a distância entre dados contábeis e o interesse dos usuários; e as técnicas de análise financeira permitem ao usuário penetrar nos dados passados e presentes, avaliar a qualidade do resultado da empresa, estimar seu risco financeiro e desenvolver um entendimento quanto à capacidade de gerar fluxo de caixa (CHING, MARQUES, PRADO, 2010).

As informações voluntárias representam o conjunto de informações evidenciadas pelas companhias abertas que vai além daquelas obrigatórias. As evidenciações voluntárias são meios utilizados pelos investidores para analisar as estratégias e os fatores críticos de sucesso da companhia, tanto no ambiente em que as mesmas estão inseridas, como sob o aspecto competitivo econômico (PIACENTINI, 2004).

Muitas empresas apresentam informações complementares voluntariamente, visando maior transparência. Porém, outras tantas não possuem tal preocupação e publicam suas demonstrações contábeis apenas para cumprir as obrigações legais. A ideia de que os negócios são centros vitais de poder e decisão e que as ações das empresas atingem a vida dos cidadãos em muitos pontos questionou as responsabilidades com a sociedade que se espera dos executivos e defendeu a premissa de que as organizações devem compreender melhor seu impacto social, e que o desempenho social e ético deve ser avaliado por meio de autoavaliações e devem ainda ser incorporados à gestão das instituições.

A GRI (2002) explica que a responsabilidade social corporativa só pode ser sustentável se alcançada por meio de um equilíbrio das complexas relações das questões econômicas, ambientais e sociais e que não gere impacto no desenvolvimento futuro. Em consequência disso, houve nova mudança no contrato social entre os negócios e a sociedade, o que gerou o envolvimento das organizações com os movimentos ambientais, preocupação com a segurança do trabalho e regulamentação governamental.

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma organização não governamental criada na década de 70 para cumprir a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável. Entende-se por empresa socialmente responsável aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) e conseguir incorporá-los ao planejamento e estratégia de suas atividades, buscando atender as demandas de todos, não apenas dos acionistas ou proprietários (INSTITUTO ETHOS, 2001).

De acordo com o Instituto Ethos, a ação social responsável das empresas possui como principal característica a coerência ética nas práticas e relações com seus diversos públicos, de forma a contribuir continuamente para o desenvolvimento das pessoas, das comunidades e dos relacionamentos entre si e o meio ambiente. Ao partir dessa concepção as empresas conquistam o respeito da sociedade e das comunidades atingidas por suas atividades, o engajamento de seus colaboradores e a preferência dos consumidores.

A Responsabilidade Social Corporativa está devidamente voltada para as questões morais e éticas que envolvem as políticas praticadas pela organização. Uma empresa passa a ser considerada socialmente responsável se cumprir com todas as suas políticas sociais implementadas e também ao adotar uma visão estratégica de negócios transparente e honesta com todos aqueles que possuem algum tipo de relacionamento direto com a mesma, isto é, pode ser um colaborador, um cliente ou fornecedor a maneira de tratamento e relacionamento deve ser a mesma.

3.2 MODELO E INDICADORES DE RSC

A divulgação de informações sociais voluntárias surgiu em meados dos anos 60 (IBASE, 2003). A partir daí, a sociedade passou a exigir uma postura voltada para RSC e as empresas começaram a responder com prestação de contas de suas ações sociais, o que culminou com o surgimento do Balanço Social.

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) foi fundado em 1981, pelo sociólogo Herbert de Souza, conhecido como Betinho, com o objetivo de radicalizar a democracia e a afirmar uma cidadania ativa, tendo com princípios: liberdade, igualdade, solidariedade, participação, diversidade e justiça socioambiental.

O Instituto foi responsável pela elaboração de um modelo único de balanço social e, ainda, pela concepção do selo Balanço Social Ibase, item entregue às empresas como uma forma de comprovar o comprometimento com os critérios de transparência estabelecidos para preenchimento, publicação e divulgação do balanço social e que foi submetida, de alguma forma, a receber críticas e sugestões da sociedade, fornecendo os próprios subsídios para essa avaliação externa (IBASE, 2003).

Com o objetivo de traçar um histórico dos instrumentos que indicaram orientações voltadas à responsabilidade social corporativa, segue uma síntese no Quadro 1 que trata da evolução dos eventos que nortearam os indicadores do Ibase.

Quadro 1: Histórico das contribuições do Ibase ao Balanço Social.

Anos 60	A elaboração e divulgação anual de relatórios com informações de caráter social resultaram no que hoje se chama de balanço social. No Brasil a ideia começou a ser discutida.
Anos 70	No Brasil a ideia começou a ser discutida na década de 70. Contudo, apenas nos anos 80 surgiram os primeiros balanços sociais de empresas. A partir da década de 90 corporações de diferentes setores passaram a publicar balanço social anualmente.
1997	A proposta, no entanto, só ganhou visibilidade nacional quando o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, lançou, em junho de 1997, uma campanha pela divulgação voluntária do balanço social. Com o apoio e a participação de lideranças empresariais, a campanha decolou e vem suscitando uma série de debates através da mídia, seminários e fóruns.
Dias atuais	Hoje é possível contabilizar o sucesso desta iniciativa e afirmar que o processo de construção de uma nova mentalidade e de novas práticas no meio empresarial está em pleno curso.

Fonte: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (2012).

O Instituto Ethos também contribuiu para estimular a divulgação dessas informações quando propôs seus indicadores que, embora sejam instrumentos de autoavaliação, sugerem mecanismos de educação para construção da RSC. No início foi lançado um manual de responsabilidade social que marcou o princípio de outras ações que visavam conscientizar as

empresas da importância da utilização destes instrumentos internamente para alcançar padrões éticos desejáveis, conforme Quadro 2.

Quadro 2: Histórico das contribuições do Ethos ao Balanço Social.

1998	Lança o manual Responsabilidade Social Empresarial – Primeiros Passos, a primeira de uma série de publicações destinadas a conscientizar executivos e empresários
1999	Realiza a primeira Conferência Nacional de Empresas e Responsabilidade Social.
2000	É criado o Banco de Práticas, com experiências de empresas que se destacaram nos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social.
2001	O Instituto Ethos é reconhecido como organização da sociedade civil de interesse público (Oscip). – É criado o Instituto Akatu, organização não-governamental destinada a educar e mobilizar a sociedade para o consumo consciente.
2002	É realizado o estudo “Matriz de Evidências”, destinado a relacionar aspectos fundamentais da sustentabilidade a fatores de sucesso por negócios.
2003	É lançada a “Carta de Princípios”, com o desafio de aperfeiçoar suas práticas de gestão numa visão sustentável.
2004	É criado o Uniethos – Educação para a Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável. – Tem início o Projeto Tear - Tecendo Redes Sustentáveis.
2005	Publica O Compromisso das Empresas com as Metas do Milênio, reunindo um conjunto de iniciativas empresariais brasileiras para enfrentar os desafios globais indicados pela ONU.
2006	É lançado o Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção.
2007	É criado o Movimento Nossa São Paulo. 2008 – O Movimento Nossa São Paulo consegue aprovação de lei que obriga os próximos prefeitos da cidade a prestarem contas de suas ações.

Fonte: Instituto Ethos (2012).

O Instituto Ethos, no ano de 2005, sugeriu uma série de metas intituladas Metas do Milênio que, em conjunto com iniciativas de empresas preocupadas com a transparência de suas ações perante a sociedade, busca o enfrentamento dos desafios mundiais explicitados pela Organização das Nações Unidas – ONU.

A partir desse levantamento histórico das orientações da ONU, surgiram categorias de acordo com a *United Nations* (2008), que avaliam as seguintes variáveis: comércio, investimentos, criação de emprego e práticas laborais; tecnologia e desenvolvimento de recursos humanos; saúde e segurança; contribuições ao governo e a comunidade; e aspectos de corrupção por parte da corporação.

A Global Reporting Initiative (GRI), organização sem fins lucrativos, foi fundada em 1997 em Boston de acordo com dados do GRI (2006). Teve origem no modelo das organizações sem fins lucrativos estabelecidas nos Estados Unidos com objetivo de verificar se as empresas estavam seguindo princípios de responsabilidade ambiental descritos por organizações da Coalizão para Economias Ambientalmente Responsáveis (CERES). A partir de 1997, o GRI evolui, conforme Quadro 3.

Quadro 3: Criação e histórico do GRI.

1990	Elaboração de relatórios ambientais por consultores pioneiros da CERES
1997	GRI foi fundada em Boston. Os investidores foram o público-alvo do quadro original.
1998	Comitê Gestor foi criado para desenvolver orientações da GRI.
2000	Orientação GRI tornou-se uma Estrutura de Relatórios de Sustentabilidade, com o Reporting Guidelines em seu coração. A primeira versão das diretrizes foi lançada.
2001	O conselho do Comitê Gestor do CERES é separado do GRI como uma instituição independente.
2002	A segunda geração de Diretrizes, conhecido como G2, foi inaugurada em 2002 na World Summit on Sustainable Development, em Joanesburgo. GRI foi referenciada no Plano da Cúpula Mundial de Implementação. O Programa das Nações Unidas (UNEP) abraçou a GRI e convidou os Estados-membros das Nações Unidas para hospedá-lo. A Holanda foi escolhida como país de acolhimento. A GRI é inaugurada como uma organização de colaboração do

	PNUA, na presença do então Secretário Geral da ONU Kofi Annan, e se mudou para Amsterdam como uma organização independente sem fins lucrativos.
2006	Ernst Ligteringen foi nomeado CEO e membro do Conselho de Administração. A captação de orientação GRI foi impulsionada pelo lançamento em 2006 da atual geração de Diretrizes, G3. Depois de G3 foi lançado, a GRI expandiu sua estratégia e estrutura de relatório, e construiu alianças poderosas.

Fonte: Global Reporting Initiative (2006).

No estudo longitudinal das ações da ONU, conforme o Instituto Ethos (2006), estas ações contribuíram para a criação de norteadores de RSC e tiveram início na década de 70 com as posturas de empresas multinacionais e o fomento de um código de conduta. Em 1992, surge um documento que cria compromissos entre as nações por meio da ECO 92. Em 2000, a ONU promove e implementa nove princípios nas áreas de direitos humanos, trabalho e meio ambiente, de acordo com o Quadro 4.

Quadro 4: Histórico das contribuições das orientações da ONU para Responsabilidade Socioambiental.

Até a década de 70	Resolução 1721 do Conselho Econômico e Social da ONU – iniciam-se estudos sobre o papel e os efeitos das multinacionais no processo de desenvolvimento dos países emergentes e sua interferência nas relações internacionais e discute-se a criação de um Código de Conduta dirigido às empresas transnacionais.
1992	ECO 92 (ONU) gera a Agenda 21– documento que traduz o compromisso das nações para mudança do padrão de desenvolvimento no próximo século.
2000	ONU - Global Compact (Pacto Global) promoção e implementação de nove princípios nas áreas de direitos humanos, trabalho e meio ambiente. A Declaração do Milênio foi aprovada pelas Nações Unidas em setembro de 2000. O Brasil, em conjunto com 191 países-membros da ONU, assinou o pacto e estabeleceu um compromisso compartilhado com a sustentabilidade do Planeta.
Projeção para 2015	Os objetivos de Desenvolvimento do Milênio são um conjunto de oito macro objetivos, a serem atingidos pelos países até o ano de 2015, por meio de ações concretas dos governos e da sociedade.

Fonte: Instituto Ethos (2001).

O Guia de Indicadores de Responsabilidade Corporativa em Relatórios Anuais (Guidance on Corporate Responsibility Indicators in Annual Reports) divulgado pela ONU em 2008, elaborado com base no GRI, nas normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e alinhado às definições adotadas nas normas do International Accounting Standards Board (IASB) (OLIVEIRA ET AL., 2009).

3.3 TEORIA INSTITUCIONAL E RSC

A divulgação de informações de cunho social e ambiental é fortalecida também pelas discussões acadêmicas e produções bibliográficas disponíveis sobre o tema. Para isso, os estudos apropriam-se de teorias na busca por fundamentar e salientar a importância desse tipo de divulgação nos processos organizacionais. As mudanças na orientação estratégica das organizações, decorrentes da busca pelo estabelecimento de processos e estruturas para obtenção de amparo e legitimidade, acontecem à medida que as práticas de RSE são sistematizadas (LIMA *et al.*, 2011). Nesta perspectiva, estas mudanças e a busca por legitimação são compreendidas pela Teoria Institucional.

A Teoria Institucional emerge no final do século XIX em resposta ao pensamento racionalista e desenvolve-se, inicialmente, em contrapartida ao racionalismo econômico, segundo Pontes Jr. *et al.* (2011). A Teoria não explica “o comportamento econômico a partir da premissa de que todos os indivíduos buscam contínua e especificamente maximizar suas utilidades individuais” (PONTES JR. *et al.*, 2011, p. 3).

Neste sentido, estabeleceu-se em dois momentos as abordagens históricas, sob as qualificações de velho ou de novo institucionalismo e, mesmo tratando de uma teoria, foi explorada em três vertentes: política, econômica e sociológica (SCOTT, 1995).

No que se refere à abordagem política, em princípio, destacam-se as estruturas legais e as formas governamentais. Neste primeiro momento, para Scott (1995), o foco no comportamento individual e a atenção em aspectos como o voto, os partidos políticos e a opinião pública, afastaram a importância das perspectivas institucionais.

A vertente econômica, segundo Carvalho *et al.* (2005), originalmente direciona-se contra os fundamentos da economia clássica e supera a economia ortodoxa quando introduz a estrutura social como determinante dos processos econômicos. Ao ressurgir, “tem seu foco nas instituições e micro instituições, trata das relações entre indivíduos no interior das organizações e tem sido utilizada para identificar como o processo de mudanças institucionais acontece” (RUSSO *et al.*, 2012: p. 9).

A última abordagem, estabelecida nas ciências sociológicas, pode ser considerada como a vertente que “forneceu as contribuições mais significativas quanto aos conceitos de instituição e processos de institucionalização” (PONTES JR., 2011: p. 4) e a base para as discussões neo-institucionalistas.

As análises sob essa abordagem destacam “as relações organização-ambiente, primeiramente focadas nas interações informais, em relações de poder e no processo constitutivo das instituições, com ênfase na heterogeneidade do universo organizacional” (CARVALHO, *et al.*, 2005: p. 7). Em 1970, as relações de poder são vistas como segundo plano, o nível de análise sob a vertente sociológica deixa o organizacional para apropriar-se do interorganizacional e societal, quando são evidenciados, segundo Carvalho *et al.* (2005, p. 7), “requisitos de conformidade a padrões institucionalmente legitimados, enfatizando a homogeneidade entre conjuntos de organizações”.

Desta forma, nas afirmações de Russo *et al.* (2012), a vertente sociológica, denominada como Nova Sociologia Institucional, contribui para o estudo de macro instituições ao analisar as relações entre as organizações, o ambiente em que estão inseridas, o comportamento de seus atores institucionais, pesquisando suas decisões para aumentar a sua legitimidade.

Segundo DiMaggio e Powell (1991), as abordagens velho e novo institucionalismo concordam que a institucionalização restringe a racionalidade organizacional, mas a primeira enfatiza a aquisição de interesses dentro das organizações; já a segunda ressalta a relação entre a estabilidade e legitimidade e o poder de entendimentos e articulações comuns entre as organizações. As posições, as políticas, os programas e os procedimentos organizacionais são impostos pela opinião pública, pelos pontos de vista de componentes importantes, pelo conhecimento legitimado por meio do sistema educacional, do prestígio social, das leis e de outros elementos de estrutura formal, como poderosas formas de institucionalizar obrigatórias para as organizações (DIMAGGIO; POWELL, 1991).

Nesta perspectiva, Scott (1995) acredita na socialização da ação individual apenas em sua extensão, quando os atores propõem significados às suas ações. Assim, os “[...] estímulos ambientais devem ser cognitivamente processados pelos atores, interpretados pelos indivíduos por meio do emprego de sistemas simbólicos socialmente constituídos, antes que eles possam responder aos estímulos, realizando algum tipo de ação” (SCOTT, 1995: p.13).

Zucker (1991) compreende a institucionalização como um processo e neste o indivíduo transmite o que é socialmente definido como real. Além disso, em qualquer ponto desse processo, uma ação pode ser definida como mais ou menos certa nesta realidade social.

Desta forma, a institucionalização como parte de um processo organizacional reflete “sua história particular, o pessoal que nela trabalha, os grupos que engloba com os diversos interesses que criaram, a maneira como se adaptou ao seu ambiente” (SELZNICK, 1971: p.

14), considerando a transformação de suas crenças, valores e ações de conduta social, os quais serão compartilhados para serem aceitos e reproduzidos (TOLBERT; ZUCKER, 1999).

Neste contexto, as organizações relacionam-se com o ambiente na busca de legitimação e desenvolvem processos para facilitar suas relações, sua atuação, favorecendo-se a partir da utilização de uma realidade socialmente aceita, ou seja, pela adequação às exigências sociais (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; FERNANDES, 1999).

Segundo a Teoria Institucional, para que determinada estrutura se institucionalize, faz-se necessário analisá-la, avaliá-la e evidenciar seus impactos. É o que tem ocorrido com a RSC. A academia e organismos internacionais têm procurado investigar o quanto as organizações estão avaliando e evidenciando suas próprias ações sociais (OLIVEIRA *et al.*, 2012).

Desta forma, tem-se a divulgação e a prática da RSE como uma ferramenta de institucionalização ao considerar que a postura responsável e os compromissos assumidos pelas organizações por meio de aspectos sociais e ambientais são meios para afetar positivamente, e de forma proativa e coerente, a sociedade (ASHLEY, 2005). Preocupando-se com o papel específico que a organização exerce e com a prestação de contas de suas condutas no ambiente social, volta-se para a busca por legitimidade e para os instrumentos criados para isso, que são os manuais, relatórios e indicadores de RSC.

3.4 O SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA BRASILEIRO

O setor de energia de um país reflete o ritmo de atividades dos setores industrial, comercial e de serviços e a capacidade da população para adquirir bens e serviços. No último ano, segundo a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, o crescimento da oferta interna de energia foi inferior ao crescimento do PIB, fato que representa um aumento da eficiência da economia. No que se refere ao crescimento do consumo final energético, considerando pessoas e empresas, este foi superior ao crescimento da oferta de energia no ano de 2011, aspecto que sugere uma redução nas perdas (EPE, 2012).

Desta forma, o consumo de energia é considerado um dos principais indicadores do desenvolvimento econômico e do nível de qualidade de vida de uma sociedade (ANEEL, 2008). Esta característica faz com que o setor de energia conviva, historicamente, com dois extremos: o desenvolvimento tecnológico, com objetivo de atingir maior qualidade e eficiência tanto na produção quanto na aplicação dos recursos energéticos; e a ação horizontal, para aumentar o número de pessoas com acesso às fontes mais eficientes de energia, independente do tipo de instalações do baixo custo (ANEEL, 2008).

Segundo Lins e Ouchi (2007), transformações profundas marcaram o segmento de energia elétrica no Brasil. Nos anos 90, o processo de privatização de grande parte da distribuição, a reformulação regulatória, com a fundação da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, e a modificação de atribuições do Poder Executivo e das empresas estatais federais causaram grandes discussões e instabilidade para o segmento. Em 2001, mais uma crise atingiu o setor. O período de racionamento de energia, motivado pelo quadro de escassez de chuvas e, por conseguinte, a geração de energia, fez com que as empresas do setor energético enfrentassem um cenário recessivo (LINS; OUCHI, 2007).

Os aspectos regionais também são fatores impactantes para o desenvolvimento e a atuação no Brasil. O nível de atividade econômica, a capacidade de geração e circulação de renda e a densidade demográfica são variáveis importantes, segundo a ANEEL (2008). No Nordeste, por exemplo, o grande número de habitantes com baixo poder aquisitivo compromete o atendimento. Enquanto isso, Sudeste e Sul, regiões mais desenvolvidas do país em termos econômicos e sociais e com maior densidade demográfica, são também regiões que registram ótima relação entre número de habitantes e unidades consumidoras de energia

elétrica, ficando para Nordeste, Centro-Oeste e Norte a maior parte da população sem acesso à rede (ANELL, 2008).

De acordo com Lins e Ouchi (2007), além do baixo nível de renda do país ser uma característica que exerce um impacto muito forte sobre as operações das empresas é, também, um fator determinante quanto à sustentabilidade. Além de atingir diretamente o volume de energia consumido, este fator tem mais duas grandes consequências: o desperdício de energia e o furto de energia e de cabos de transmissão.

[...] a busca pela sustentabilidade está diretamente atrelada a fatores fundamentais do negócio, tais como: (i) necessidade de altos investimentos para a construção de usinas geradoras, redes de transmissão e distribuição; (ii) significativos impactos ambientais gerados por barragens e linhas de transmissão de energia e, em menor escala, pela convivência da rede com o ambiente urbano; (iii) externalidades sociais negativas causadas por deslocamentos de comunidades para a construção de barragens e positivas quando se dá acesso à energia distribuída; e (iv) atuação por meio da concessão de serviço público essencial para a sociedade (LINS; OUCHI, 2007, p. 8).

Neste sentido, a divulgação das informações sociais, assim como a prática das ações publicadas nos relatórios, tornam-se realidades para as empresas brasileiras de energia elétrica. A formação do setor, majoritariamente por empresas de capital aberto, influencia diretamente a promoção da sustentabilidade, segundo Lins e Ouchi (2007).

[...] cabe destacar a crescente existência de fundos e índices de bolsas voltados exclusivamente para empresas com forte atuação em sustentabilidade corporativa. Alguns exemplos são: o Dow Jones Sustainability Index – DJSI, índice de sustentabilidade da Bolsa de Nova York, onde a CEMIG é a única empresa brasileira listada do setor; e o Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa – ISE Bovespa, onde o setor de EE é o de segundo maior peso e aquele com maior número de empresas na composição do índice (LINS; OUCHI, 2007, p. 11).

Manuais, congressos e premiações, por meio dos órgãos reguladores e das associações das empresas de energia, também guiam e estimulam a prática da RSC. Nos últimos anos, o órgão regulador do setor (ANEEL) vem lançando eventos para contemplar essa área, a exemplo do Prêmio Energia Cidadã, lançado em 2006 para premiar boas práticas de gestão de responsabilidade socioambiental.

Neste mesmo período, por compreender que “a responsabilidade socioambiental está associada ao reconhecimento de que as decisões e os resultados das empresas alcançam agentes sociais muito mais amplos do que o composto por seus sócios e investidores” (ANEEL, 2006: p. 4) e com o objetivo de possuir “um instrumento de demonstração das políticas e ações específicas do setor de energia elétrica, que evidencie sua contribuição para o desenvolvimento de uma sociedade ambientalmente sustentável, socialmente justa e economicamente viável” a Agência publicou o Manual de Elaboração do Relatório de Responsabilidade Socioambiental do Setor de Energia Elétrica – ANEEL.

4. METODOLOGIA

A pesquisa qualitativa analisa dados de documentos e tem caráter exploratório por assumir várias formas, segundo Creswell (2007) e Hair *et al.* (2005). As teorias fornecem percepções importantes para o processo de pesquisa por meio da revisão documental e de literatura, esta última em livros, periódicos e outras fontes, sendo o estudo relatado para melhor compreensão de uma questão (HAIR *et al.*, 2005).

Nesta perspectiva, a pesquisa apropria-se da Teoria Institucional e em um segundo momento trata de um estudo exploratório a partir da divulgação de informações sociais publicadas voluntariamente nos sítios de empresas do setor de energia elétrica.

No sentido de identificar e quantificar as informações sociais voluntárias publicadas no setor de energia elétrica foram utilizadas como objeto de pesquisa as empresas brasileiras distribuidoras na região do Nordeste. As empresas analisadas atendem aos municípios nordestinos segundo a ANEEL e divulgaram relatórios de sustentabilidade no ano de 2012.

A amostra final compreende oito relatórios publicados pelas seguintes empresas:

Quadro 5: Empresas distribuidoras de energia elétrica do Nordeste e estados atendidos.

EMPRESA	ESTADO
CEMAR - Companhia Energética do Maranhão S/A	Maranhão
COSERN - Companhia Energética do Rio Grande do Norte (Neoenergia S/A)	Rio Grande do Norte
CELPE - Companhia Energética de Pernambuco	Pernambuco
EBO - Energisa Borborema EPB - Energisa Paraíba	Paraíba
CEAL - Companhia Energética de Alagoas	Alagoas
ESE - Energisa Sergipe EBO - Energisa Borborema	Sergipe
COELBA - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia	Bahia

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os documentos foram obtidos por meio dos sites oficiais das empresas e em seguida foram identificadas as informações referentes aos indicadores de responsabilidade corporativa propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) disponíveis em cada um deles. O Guia da ONU contempla categorias e subcategorias de análise divididas em 6 grupos que abrangem dezesseis indicadores de RSC.

Quadro 6: Categorias e subcategorias de análise - Guia de Indicadores da ONU.

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Comércio, Investimentos e Outros	1. Faturamento Bruto Total 2. Valor das Importações x Exportações 3. Total de Novos Investimentos 4. Compras Locais
Criação de Emprego e Práticas Laborais	5. Mão de Obra Total – segregada por tipo de emprego, tipo de contrato e gênero 6. Salário e Benefícios dos Empregados – segregada por tipo de emprego e gênero 7. Número Total e Taxa de rotatividade de empregados – segregada por gênero 8. Percentagem de Empregados Cobertos por Acordos Coletivos
Tecnologia e Desenvolvimento de Recursos Humanos	9. Gastos com Pesquisa e Desenvolvimento 10. Média de Horas de Treinamento por Ano por Empregado – segregada por categoria de emprego 11. Gastos com treinamento por empregado e por ano – segregados por categoria de emprego
Saúde e Segurança	12. Custo da Saúde e Segurança dos empregados 13. Dias de trabalho perdido devido a acidentes, lesões e doença laborais
Contribuições ao Governo e a Comunidade	14. Pagamentos ao governo 15. Contribuições voluntárias a sociedade civil
Corrupção	16. Número de condenações por violação de leis ou

	regulamentos relacionados à corrupção e valor das multas pagas ou a pagar.
--	--

Fonte: Adaptado da United Nations (2008).

Na coleta dos dados, a técnica de análise de conteúdo foi utilizada para explorar os indicadores. Segundo Bardin (1979, p. 42), a análise de conteúdo compreende um arranjo de técnicas para “obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.

A análise dos documentos foi realizada a partir dos principais termos utilizados pela ONU em cada uma das categorias e subcategorias para a produção dos relatórios de RSC, na busca da presença ou não das informações sugeridas nos indicadores da ONU. Para classificar as unidades de registro existentes nos textos, utilizaram-se itens da classificação propostos nos estudos de Dias (2006), sendo três as possibilidades de divulgação para classificar as informações referentes a cada indicador. Além disso, uma pontuação estabelecida nesta pesquisa foi acrescida para quantificar os aspectos identificados, conforme apresentado no Quadro 7:

Quadro 7: Critérios de classificação da informação

CLASSIFICAÇÃO POR INDICADOR	DEFINIÇÃO	PONTUAÇÃO
Aderência Plena (APL)	Todas as informações recomendadas para o indicador correspondente da ONU são divulgadas pela empresa.	1 ponto
Aderência Parcial (AP)	Apenas parte das informações recomendadas para o indicador correspondente da ONU são divulgadas pela empresa.	0,5 ponto
Omitido (O)	Nada é divulgado sobre o indicador.	0 pontos

Fonte: Adaptado de Dias (2006).

Após a classificação, pretende-se mensurar o nível de divulgação das informações sociais, podendo a pontuação de cada empresa variar de um mínimo de zero pontos até um máximo de 16 pontos. Para quantificar o nível de divulgação das informações sociais das empresas em estudo, a pesquisa considerou os níveis baixo, médio e alto e os graus de aderência pela pontuação e percentual atingido, apresentado no quadro 8:

Quadro 8: Níveis de divulgação

GRAU DE ADERÊNCIA	NÍVEL DE DIVULGAÇÃO
1 a 8 pontos (1% a 50%)	Baixo
8 a 12 pontos (50% a 75%)	Médio
12 a 16 pontos (75% a 100%)	Alto

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os níveis de divulgação foram considerados com base na média e no máximo de pontos que podem ser atingidos no grau de aderência. Desta forma, o nível baixo compreende uma publicação de menos da metade dos indicadores relacionados, uma pontuação de 1 a 8 pontos, que corresponde entre 1% e 50% de aderência. O nível médio foi considerado para a empresa que apresentou mais que a metade dos indicadores, sendo 8 a 12 pontos, entre o intervalo de

50% a 75%. Por fim, para atingir uma divulgação alta, exigiu-se o alcance de, no mínimo, 12 pontos, sendo 75% a 100% dos indicadores aderidos.

Desta forma, tem-se quantificado o nível de divulgação social de cada empresa distribuidora de energia do nordeste brasileiro, a média de divulgação deste segmento e os indicadores considerados por estas companhias, no objetivo de propor uma justificativa para a escolha destas divulgações em especial, além de responder a pergunta de pesquisa aqui proposta.

5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Considerando a metodologia proposta, a análise foi realizada com oito relatórios, o mesmo número de empresas que atendem sete dos nove estados da região Nordeste. Excluíram-se da amostra as distribuidoras que atendem a população cearense e piauiense pela falta de publicação dos relatórios de sustentabilidade, estando disponíveis apenas os documentos referentes ao ano de 2011. Ressalte-se também que os estados da Paraíba e Sergipe possuem uma distribuidora, EBO - Energisa Borborema, em comum e, devido à existência de apenas uma publicação, considerou-se uma empresa.

Com o objetivo de classificar as informações divulgadas, a análise das subcategorias foi organizada de acordo com o indicador, observando as empresas que aderiram de forma plena, parcial ou omitiram as informações, conforme o quadro seguinte:

Quadro 9: Classificação por indicador.

SUBCATEGORIAS	CLASSIFICAÇÃO
1. Faturamento Bruto Total	Todas as empresas atingiram a classificação APL.
2. Valor das Importações x Exportações	Todas as distribuidoras omitiram esse indicador.
3. Total de Novos Investimentos	Todas as empresas atingiram a classificação APL.
4. Compras Locais	A CEMAR publicou parcialmente a informação. As demais empresas publicaram de forma plena.
5. Mão de Obra Total – segregada por tipo de emprego, tipo de contrato e gênero	CELPE, CEMAR, CELBA e COSERN publicaram de forma plena o indicador. As demais distribuidoras atingiram AP.
6. Salário e Benefícios dos Empregados – segregada por tipo de emprego e gênero	Apenas a COELBA aderiu plenamente o indicador. As demais organizações divulgaram parcialmente.
7. Número Total e Taxa de rotatividade de empregados – segregada por gênero	A COELBA divulgou parcialmente, enquanto CEAL, CELPE, CEMAR, COSERN, EPB, EBO e ESE omitiram o indicador.
8. Percentagem de Empregados Cobertos por Acordos Coletivos	CELPE, COELBA divulgaram a informação de forma plena e COSERN aderiu parcialmente esse indicador. As demais omitiram CEAL, CEMAR, EPB, EBO e ESE.
9. Gastos com Pesquisa e Desenvolvimento	Todas as empresas divulgaram de forma plena o item.
10. Média de Horas de Treinamento por Ano por Empregado – segregada por categoria de emprego	CELPE, COELBA, COSERN divulgaram plenamente, enquanto CEAL, CEMAR, EPB, EBO e ESE parcialmente.
11. Gastos com treinamento por empregado e por ano – segregados por categoria de emprego	COSERN, EPB, EBO e ESE omitiram. As demais organizações divulgaram de forma parcial ao indicador.
12. Custo da Saúde e Segurança dos empregados	As empresas divulgaram plenamente o item.
13. Dias de trabalho perdido devido	Somente CELPE e COSERN divulgaram plenamente a

a acidentes, lesões e doença laborais	informação. As demais distribuidoras omitiram.
14. Pagamentos ao governo	O indicador foi parcialmente informado pela empresa CEMAR. As demais publicaram plenamente a informação.
15. Contribuições voluntárias a sociedade civil	CELPE, CEMAR, COELBA, COSERN, EPB, EBO, ESE informaram de forma parcial e CEAL omitiu.
16. Número de condenações por violação de leis ou regulamentos relacionados à corrupção e valor das multas pagas ou a pagar.	As empresas divulgaram plenamente a informação, exceto EBO e ESE que omitiram.

Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com a análise, quatro dos dezesseis indicadores sugeridos no Guia de Indicadores de Responsabilidade Corporativa em Relatórios Anuais, recomendados pela ONU, foram divulgados de forma plena por todas as empresas estudadas. As subcategorias com divulgação plena foram: 1. Faturamento Bruto Total; 3. Total de Novos Investimentos; 9. Gastos com Pesquisa e Desenvolvimento; e 12. Custos da Saúde e Segurança dos Empregados, ou seja, as oito empresas optaram por divulgar plenamente esses indicadores. Em segundo lugar, os indicadores: 4. Compras Locais foi divulgado plenamente em sete publicações e os indicadores 14. Pagamentos ao Governo e 16. Número de condenações por violação de leis ou regulamentos relacionados à corrupção e valor das multas pagas ou a pagar em seis destas, ficando em terceiro lugar entre as divulgações de aderência plena.

A aderência parcial foi observada em números menores nos documentos publicados. Nos indicadores 6. Salário e Benefícios dos Empregados – segregada por tipo de emprego e gênero; e 15. Contribuições voluntárias a sociedade civil, sete das distribuidoras não divulgavam a informação solicitada de forma completa. Em segundo lugar, os indicadores 10. Média de Horas de Treinamento por Ano por Empregado – segregada por categoria de emprego e 11. Gastos com treinamento por empregado e por ano – segregados por categoria de emprego mais da metade das distribuidoras, mais especificamente cinco delas, aderiram parcialmente esses itens. No caso das informações acerca da mão de obra, a publicação por gênero foi observada constantemente, havendo uma dificuldade maior em encontrar uma especificação por tipo de emprego e contrato. O mesmo aconteceu com as médias de horas de treinamento por ano e por empregado e, quanto aos gastos com treinamento, as informações foram publicadas por ano, mas não foram encontradas por categoria de emprego em cinco dos relatórios analisados.

No que se refere à omissão das divulgações sociais, as empresas do setor de energia elétrica que atendem aos consumidores nordestinos omitiram informação na subcategoria 2. Valor das Importações x Exportações. Constatou-se omissão de alguma forma em outros itens: 7. Número Total e Taxa de rotatividade de empregados – segregada por gênero; 8. Percentagem de Empregados Cobertos por Acordos Coletivos; 11. Gastos com treinamento por empregado e por ano – segregados por categoria de emprego; 13. Dias de trabalho perdido devido a acidentes, lesões e doença laborais; 15. Contribuições voluntárias a sociedade civil; e 16. Número de condenações por violação de leis ou regulamentos relacionados à corrupção e valor das multas pagas ou a pagar.

No segundo momento da análise dos resultados, o grau de aderência e o nível de divulgação foram constatados de acordo com a pontuação alcançada por cada empresa e apresentado no Quadro 10.

Quadro 10: Grau de aderência e nível de divulgação por empresa.

EMPRESA	GRAU DE ADERÊNCIA	NÍVEL DE DIVULGAÇÃO
CEMAR	9 pontos	Médio

COSERN	11,5 pontos	Médio
CELPE	13 pontos	Alto
CEAL	9 pontos	Médio
EPB	9 pontos	Médio
ESE	8 pontos	Baixo
EBO	8 pontos	Baixo
COELBA	12,5 pontos	Alto

Fonte: Elaborado pelos autores.

O nível de divulgação alto foi alcançado pelas empresas CELPE, com 81% de aderência aos indicadores e COELBA, com 78%. A maioria das instituições atingiu pontuação referente ao nível médio: COSERN (72%), CEMAR (56%), CEAL (56%), EPB (56%). As empresas ESE e EBO alcançaram níveis de divulgação baixos e graus de aderência equivalente a 50%.

CONCLUSÃO

Os resultados mostraram que duas das empresas ainda precisam melhorar o nível de divulgação. Metade das empresas distribuidoras e concentra em um nível médio, conforme metodologia utilizada, e apenas duas estão em um alto nível de divulgação.

Das empresas pesquisadas, todas publicaram de forma plena informações sobre o faturamento bruto total, total de novos investimentos, gastos com pesquisa e desenvolvimento e custos da saúde e segurança dos empregados. Sete empresas (87,5%) das empresas também divulgaram de forma plena informações sobre compras locais e seis (75%) informaram sobre pagamentos ao governo e Número de condenações por violação de leis ou regulamentos relacionados à corrupção e valor das multas pagas ou a pagar.

A maioria das empresas precisa demonstrar transparência nas questões relacionadas ao número e taxas de rotatividade dos empregados, acordos coletivos, informações sobre importação e exportação e dias de trabalho perdidos por acidentes, lesões e doenças laborais a fim de mostrar uma transparência à luz da Teoria Institucional e dos indicadores da ONU.

No sentido de ampliar as investigações, sugere-se um novo estudo no objetivo de comparar os relatórios sociais divulgados pelas empresas do setor de energia elétrica considerando os últimos cinco anos de divulgação voluntária ou, ainda, a aplicação da pesquisa em outros setores e regiões.

REFERÊNCIAS

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. **Manual de Elaboração do Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/leitura_arquivo/default.cfm?idaplicacao=43>. Acesso em: 16 mai 2013.

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. **Atlas de energia elétrica do Brasil**. Brasília, Aneel: 2008. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/arquivos/PDF/atlas_capa_sumario.pdf>. Acesso em: 16 mai 2013.

ASHLEY, P. A. (coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2005.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F.; GOULART, S. **A trajetória conservadora da teoria institucional**. Rio de Janeiro: RAP, 2005.

CHING, Hong Yuh; MARQUES, Fernando; PRADO, Lucilene. **Contabilidade e Finanças para não contadores**. 3º Ed. São Paulo: Pearson, 2010.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2ª Ed. Porto Alegre. Artmed, 2007.

DIAS, L. N. S. **Análise da Utilização dos Indicadores do Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais em Empresas Brasileiras**. Dissertação de Mestrado. UFRJ. Rio de Janeiro, 2006.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. (edits). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

DROVOUT, C. M.; DROVOUT, H. **A responsabilidade social e ambiental na perspectiva das teorias neoinstitucionais: uma aplicação às duas empresas brasileiras produtoras de biodiesel**. 6º Congresso do Instituto Franco-Brasileiro de Administração de Empresas, 2011. Disponível em: <<http://www.ifbae.com.br/congresso6/pdf/27.pdf>>. Acesso em: 16 mai 2013.

EPE - Empresa de Pesquisa Energética. **Balanco Energético Nacional – BEN 2012**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://ben.epe.gov.br/downloads/Resultados_Pre_BEN_2012.pdf>. Acesso em: 20 mai 2013.

FIPECAFI - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS. **Manual de Contabilidade das sociedades por ações**. São Paulo. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GRI - Global Reporting Initiative. **Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade**. 2006. Disponível em: <<http://www.invepar.com.br/midias/conteudo/pdf/GRI%20G3%20-%20portugu%C3%AAs.pdf>>. Acesso em: 10 mai 2013.

HAIR, Joseph, BABIN, Barry. MONEY, Arthur. SAMOUEL e Philipp. **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Bookman, 2005.

INSTITUTO ETHOS. **Guia de elaboração de relatório e balanço anual de responsabilidade social empresarial**. São Paulo: Instituto Ethos, 2001.

_____. **Linha do Tempo**. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/76/o_instituto_ethos/quem_somos/historia/abertura/linha_do_tempo.aspx>. Acesso em: 28 de julho de 2012.

IBASE - INSTITUTO BRAILEIRO DE ANÁLISE SOCIAL E ECONÔMICAS. **Ibase e Balanço Social**. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=2>>. Acesso em: 28 jul 2012.

LIMA, T. C. A.; CABRAL, A. C.; PESSOA, M. N. M.; SANTOS, S. M. dos; NASCIMENTO, D. C. do. **A institucionalização das práticas de responsabilidade social:**

um estudo da Companhia de Água e Esgoto do Ceará. Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão. Vol. 9. Fortaleza, 2011.

LINS, Clarissa; OUCHI, Hiroshi C. **Sustentabilidade corporativa** – Energia elétrica. Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, 2007. Disponível em: < <http://fbds.org.br/fbds/Apresentacoes/FBDS-IMD-EnergiaEletrica.pdf>>. Acesso em: 16 jun 2013.

MACHADO-DA-SILVA, C., FONSECA, V. S. e FERNANDES, B. H. R. **Mudanças e estratégia nas organizações:** perspectivas cognitiva e institucional. In: VIEIRA, M. M. F.; OLIVEIRA, L. M. B. (Org.). Administração contemporânea: perspectivas estratégicas. São Paulo: Atlas, 1999.

OLIVEIRA, M. C.; ARAÚJO JR., J. F.; OLIVEIRA, O. V.; PONTE, V. M. R. Disclosure Social de Empresas Brasileiras e Britânicas à luz da Teoria Institucional. **Revista ASAA - Advances in Scientific and Applied Accounting.** 2012. Disponível em: < <http://asaaccounting.info/asaa/article/view/68> >. Acesso em: 10 jun 2013.

OLIVEIRA, M. C.; DE LUCA, M. M. M.; PONTE, V. M. R.; JÚNIOR, J. E. P. Disclosure of social information by Brazilian companies according to United Nations indicators of corporate social responsibility. **Revista Contabilidade & Finanças.** São Paulo: USP, 2009.

PONTES JR., J. J.; OLIVEIRA, M. C.; SENA, A. M. C. de; OLIVEIRA, O. V. de. **Análise Comparativa da Divulgação Social de Empresas Francesas e Brasileiras:** segundo a Teoria Institucional. 11º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo, 2011.

PIACENTINI, N. **Evidenciação contábil voluntária: uma análise da prática adotada por companhias abertas brasileiras.** Dissertação de mestrado da Unisinos, defendida em São Leopoldo, 2004.

RUSSO, P. T.; PARISI, C. MEGLIORINI, E.; ALMEIDA, C. B. de. **Evidências de elementos de institucionalização do Balanced Scorecard na obra “A estratégia em ação”:** um olhar baseado na teoria institucional. Revista de Contabilidade e Finanças. São Paulo: USP, 2012.

SELZNICK, Philipe. **Liderança em Administração.** Rio de Janeiro: FGV, 1971.

SCOTT, W. R. **Institutions and Organisations.** Londres: Sage, 1995.

TOLBERT, P.; ZUCKER, L. **A institucionalização da teoria institucional.** In: GLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Orgs.). Handbook de estudos organizacionais: modelos e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999.

UNITED NATIONS. **Guidance on Corporate Responsibility Indicators in Annual Reports.** New York, 2008.

ZUCKER, L. G. **The role of institutionalization in cultural persistence.** In: DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. (edits). The new institutionalism in organizational analysis. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.